

O poder do Congresso

Na próxima semana o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, irá ao Congresso Nacional fazer um balanço da situação econômica do país. Antes que o ministro abra o jogo, políticos bem-informados já adivinham o que ele vai dizer: que essa situação é ingovernável, salvo se o Governo adotar medidas — todas elas amargas — que, se fogem da inflação, esbarram na recessão, e vice-versa. A margem de decisão é tão estreita, a curto prazo, que não existe alternativa.

Esse é o tipo de conversa que políticos às vésperas de eleições detestam ouvir. O Congresso aprovou a disposição do Presidente José Sarney de legislar sem recorrer ao decreto-lei. Mas nem o próprio PMDB sabe ainda o que fazer, por exemplo, com a proposta de saneamento do Banco Sulbrasiliero, que implica em gastos de quase Cr\$ 1 trilhão no período de doze meses, justamente porque ela é polêmica.

Problemas econômicos, sempre embrulhados em polêmicas, é aliás o que não faltam na pauta dos políticos neste primeiro semestre: o mais delicado, sem dúvida, é a renegociação da dívida externa, sobre qual o Legislativo também será consultado. E, neste caso, quem não tem posição firmada é o próprio Governo. Do exterior, as primeiras críticas a Sarney surgiram justamente em virtude da insegurança dos credores, que ignoram a estratégia do novo Presidente para lidar com o assunto.

Na semana passada, as consequências da ação vacilante do Governo em relação à dívida tornaram-se públicas com a demissão do diretor da área externa do Banco Central, Sérgio de Freitas. Seu afastamento demonstrou que a unidade da Aliança Democrática foi abalada porque ainda não está em vigor uma política econômica definida. Logo, não é possível cobrar fidelidade a uma coisa que está em debate.

O Sr. Freitas caiu após defender no plenário do BID a negociação política da dívida externa, em franca colisão com o que prega Dornelles, que é a manutenção dos critérios técnicos endossados pelo regime anterior. Mas ele falou como espécie de porta-voz do Ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, seu antigo empregador no Banco Itaú e representante da ala conservadora que votou em Tancredo Neves. Trata-se de uma encrenca difícil de ser desfeita dentro da própria Aliança. E não será o Congresso que vai consertar um defeito original do novo regime.

Na verdade, quando o Ministro da Fazenda consulta parlamentares sobre o que fazer, isso demonstra na prática, que se está em busca de uma nova base de poder. A derrota do regime militar retirou de cena a tecnologia. Logo em seguida, a morte de Tancredo Neves enfraqueceu o Executivo. Hoje, resta a Sarney buscar um ponto de equilíbrio para se manter no Governo. Mas, ao contrário das forças que o antecederam, nada tem a oferecer nessa negociação.

No vácuo de poder que se forma à sua volta, planos de emergência para combater a fome e o desemprego e um provável aumento real do salário mínimo passaram a soar como providências muito tímidas para atrair o respaldo do Legislativo, que certamente aumentará cada vez mais as suas exigências para tornar-se sócio dos prejuízos da crise econômica. O nível de tal tensão política se desviará, então, para a Assembléa Nacional Constituinte, pois há um evidente descompasso entre a administração de um Presidente que mal chega ao palácio e a atuação de parlamentares em fim de mandato.

O atual Congresso poderá até aceitar as recomendações do Sr. Dornelles de que é preciso pôr um pé no freio da economia interna e aceitar as regras dos banqueiros internacionais na hora de pagar a dívida. Isso contribuirá, a curto prazo, para superar a conjuntura e evitar que, enquanto se discute em plenário, a inflação aproveite para instalar o impasse do desgoverno que o ministro tanto teme, atento ao exemplo da Argentina, às vésperas de uma ruptura externa por haver blefado a mesa de conversações com o FMI.

A longo prazo, contudo, os políticos cobrarão caro de Sarney o aval que não lhe poderão negar agora. A Constituinte tentará reestruturar as relações atuais entre capital e trabalho, ou seja, taxar mais os lucros e reivindicar uma apropriação social mais justa da massa de salários. Até porque, após removido o chamado entulho autoritário da Constituição, restará à nova Carta formular sobretudo um novo regime econômico. Nesse momento, o poder, de fato, estará sendo dividido com o Congresso, na forma da lei. E Sarney terá que ser forte o suficiente para governar não apenas soluções para casos polêmicos, mas também sob um Legislativo com efetivos poderes de decisão.